Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Lei Lucas: conhecimento em primeiros socorros entre professores de uma escola do estado do Maranhão

Lucas Law: knowledge of first aid among teachers at a school in the state of Maranhão

Ley de Lucas: conocimiento de primeros auxilios entre profesores de una escuela del estado de Maranhão

Rayane Katlen dos Santos[1], Matheus Henrique da Silva Lemos[1], Diellison Layson dos Santos Lima[1], Charlles Nonato Cunha Santos[1], Maísa Ravenna Beleza Lino[1], Hemily Azevedo de Araújo[1], Bruna Furtado Sena de Queiroz[2], Arislean Siqueira[3], Wygor Bruno e Silva Morais[2].

RESUMO

Objetivo: Avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão. **Métodos:** Tratou-se de uma pesquisa-ação, realizada em três etapas, com questionários antes e após um treinamento em primeiros socorros, aplicado a 22 professores do ensino fundamental dos anos iniciais de um colégio no município localizado no município de Coroatá-MA. Os dados obtidos foram analisados através do software Microsoft Excel, versão 2021**. Resultados:** Os resultados demonstraram fragilidades dos professores quanto ao conhecimento e capacitação em primeiros socorros, evidenciadas pela ausência de treinamentos nas instituições e o desconhecimento da Lei Lucas. Embora situações de urgência são frequentemente presenciadas, as reações apresentadas são marcadas por insegurança e nervosismo. Após a capacitação, observou-se melhora significativa nas condutas frente a emergências escolares, reforçando assim a necessidade de infraestrutura mínima, como kits de primeiros socorros acessíveis. **Conclusão:** Conclui-se que, há urgência de capacitar profissionais da educação para agir diante de emergências escolares. A pesquisa, pioneira na região, evidenciou a importância da Lei Lucas e a necessidade de capacitações, recomendando-se, portanto, a ampliação dos estudos e a garantia de uma educação segura e integrada.

Palavras-chave: Primeiros socorros, Capacitação de professores, Educação em saúde, Emergências.

ABSTRACT

Objective: To evaluate the level of first aid knowledge among elementary school teachers in a school located in a municipality in the interior of the state of Maranhão. **Methods:** This was an action research study, conducted in three stages, with questionnaires administered before and after first aid training to 22 elementary school teachers from the early years of a school located in the municipality of Coroatá-MA. The data obtained were analyzed using Microsoft Excel software, version 2021. **Results:** The results demonstrated weaknesses among teachers regarding knowledge and training in first aid, evidenced by the absence of training in

[1] Universidade Estadual do Maranhão, Coroatá – MA.
[2] Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI.
[3] Centro Universitário UniFacid - Wyden, Teresina – PI.

SUBMETIDO EM: 4/2026 | ACEITO EM: 5/2026 | PUBLICADO EM: 7/2026

institutions and a lack of awareness of the Lucas Law. Although emergency situations are frequently witnessed, the reactions shown are marked by insecurity and nervousness. After the training, a significant improvement was observed in conduct in the face of school emergencies, thus reinforcing the need for minimum infrastructure, such as accessible first aid kits. **Conclusion:** It is concluded that there is an urgent need to train education professionals to act in the face of school emergencies. This pioneering research in the region highlighted the importance of the Lucas Law and the need for training, therefore recommending the expansion of studies and the guarantee of a safe and integrated education.

Keywords: First aid, Teacher training, Health education, Emergencies.

RESUMEN

Objetivo: Evaluar el nivel de conocimientos de primeros auxilios entre maestros de primaria de una escuela ubicada en un municipio del interior del estado de Maranhão. **Métodos:** Se trató de un estudio de investigación-acción, realizado en tres etapas, con cuestionarios administrados antes y después de la capacitación en primeros auxilios a 22 maestros de primaria de los primeros años de una escuela ubicada en el municipio de Coroatá-MA. Los datos obtenidos se analizaron con el software Microsoft Excel, versión 2021. **Resultados:** Los resultados demostraron deficiencias entre los docentes en cuanto a conocimientos y capacitación en primeros auxilios, evidenciadas por la ausencia de capacitación en las instituciones y el desconocimiento de la Ley Lucas. Si bien se observan con frecuencia situaciones de emergencia, las reacciones mostradas se caracterizan por la inseguridad y el nerviosismo. Tras la capacitación, se observó una mejora significativa en la conducta ante emergencias escolares, lo que refuerza la necesidad de contar con una infraestructura mínima, como botiquines de primeros auxilios accesibles. **Conclusión:** Se concluye que existe una necesidad urgente de capacitar a los profesionales de la educación para que puedan actuar ante emergencias escolares. Esta investigación pionera en la región puso de relieve la importancia de la Ley Lucas y la necesidad de capacitación, por lo que se recomienda ampliar los estudios y garantizar una educación segura e integral.

Palabras clave: Primeros auxilios, Formación del profesorado, Educación en salud, Urgencias médicas.

INTRODUÇÃO

O Suporte Básico de Vida (SBV) consiste em intervenções destinadas a preservar a vida e estabilizar a vítima até a chegada de assistência profissional. Em municípios de pequeno porte, sua importância é ainda maior devido à limitação de serviços especializados de emergência (NASCIMENTO MAS, et al., 2022). Embora seja tradicionalmente executado por profissionais da saúde, o SBV também pode ser realizado por pessoas devidamente capacitadas em Primeiros Socorros (SANTOS TFB, et al., 2023).

A prática de Primeiros Socorros (PS) constitui-se como uma competência essencial para a promoção da saúde e segurança em diversas esferas da sociedade, sendo eficaz em situações de acidentes ou mal súbito e, onde, poucas pessoas possuem o domínio necessário para intervir de forma adequada. O conhecimento sobre o que fazer ou evitar em emergências permanece restrito a grupos específicos, sobretudo profissionais da saúde, não sendo amplamente disseminado entre a população geral (CORREIA LFR, et al., 2024; LIMA PA, et al, 2021).

A Lei nº 13.722/2018 foi criada para reduzir a mortalidade infantil associada a eventos comuns, como engasgos, ao estabelecer a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de Primeiros Socorros para profissionais da educação, visando qualificar a resposta a emergências (BRASIL, 2018). A legislação foi impulsionada pelo caso de Lucas Begalli, que faleceu após um episódio de engasgo durante atividade escolar, sem receber atendimento imediato adequado, evidenciando a importância de intervenções rápidas e tecnicamente corretas (ROSÁRIO RS, et al., 2023).

No ambiente educacional, crianças e adolescentes estão expostos a diversas situações de risco, desde lesões leves até eventos potencialmente graves. Nessas circunstâncias, os profissionais da escola, por serem os adultos mais próximos, têm o dever de adotar as primeiras providências, atuando como agentes fundamentais na promoção da saúde e na prevenção de agravos (OLIVEIRA BRD, et al., 2021). Em consonância com essa responsabilidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, assegura o direito à vida e à segurança, incluindo a garantia de prestação de socorro em qualquer contexto, o que abrange também o espaço escolar (BRASIL, 2022).

Diante das demandas emergentes relacionadas aos Primeiros Socorros no ambiente escolar, torna-se essencial a implementação de uma formação sólida e abrangente para os profissionais da educação. Essa capacitação deve ocorrer de forma interprofissional, articulando conteúdos teóricos e práticos, a fim de garantir que esses trabalhadores estejam aptos a intervir de maneira adequada e segura em situações de acidentes ou emergências no contexto escolar (CRUZ KB, et al., 2024).

A Educação em Saúde é essencial para orientar indivíduos na adoção de condutas seguras e eficazes, sobretudo em situações que exigem Primeiros Socorros. Informações adequadas reduzem a ocorrência de intervenções inadequadas, ajudam a prevenir o agravamento de emergências e fortalece a gestão imediata de emergências médicas, visando a capacitação da comunidade em geral a prestar assistência inicial e eficaz em situações críticas, reforçando assim, a importância de ações educativas bem fundamentadas (CRUZ KB, et al., 2022 e REIS PVR, et al., 2024).

Portanto, o presente estudo objetiva avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão.

MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa do tipo pesquisa-ação, realizada em maio de 2025, com duração total de 4 horas, envolvendo 22 docentes dos anos iniciais do Colégio Diocesano de Coroatá – Dom Reinaldo Pünder, uma instituição privada de ensino. Foram incluídos professores de ambos os sexos, com mais de um ano de atuação docente. Excluídos os docentes que não lecionavam do 1º ao 5º ano, aqueles com menos de um ano de experiência, os que estavam afastados, bem como os que não demonstraram interesse ou não consentiram em participar do estudo.

A coleta de dados ocorreu após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer nº 7.249.384 e CAAE: 84742124.4.0000.5554, e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos que concordaram em participar. A pesquisa-ação foi conduzida em três etapas:

Etapa 1: Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram aplicados os questionários A e B, com a finalidade de coletar dados sociodemográficos e avaliar o nível de conhecimento prévio dos professores em relação aos primeiros socorros.

Etapa 2: Em seguida, após aplicabilidade dos questionários sociodemográfico, conhecimentos acerca dos primeiros socorros e situações – problemas, foi realizado um treinamento voltado para primeiros socorros, com foco em situações de emergência como síncope, crise convulsiva, parada cardiorrespiratória (PCR) e obstrução das vias aéreas por corpo estranho (OVACE).

Etapa 3: Depois da conclusão do treinamento, foi reaplicado o questionário B, a fim de avaliar o conhecimento adquirido pelos professores pós capacitação.

Os resultados foram inicialmente verificados manualmente para assegurar a integridade das informações e, em seguida, tabulados no Microsoft Excel 2021. Posteriormente, os dados foram analisados no software BioEstat 5.0, por meio de estatística quantitativa e descritiva, utilizando frequências absolutas (n) e relativas (%), apresentadas em tabelas.

A pesquisa apresentou riscos como desconforto leve, sentimentos de constrangimento ou até mesmo medo, podendo estar associado tanto à realização de práticas de manobras que demandam esforço físico

quanto à abordagem de perguntas contidas no questionário. No entanto, esses riscos foram minimizados por meio da observância aos princípios éticos e normas, garantindo a possibilidade e liberdade do participante interromper a sua participação no estudo, se assim desejar. Além disso, o treinamento foi adaptado às limitações individuais de cada participante, permitindo que eles optem por não realizar atividades que causem desconforto ou dor. Todas as etapas foram acompanhadas por supervisão integral durante a realização das atividades.

RESULTADOS

Entre os 22 docentes participantes, identificou-se predominância do sexo feminino (77,3%), seguido do sexo masculino (18,2%). Observou-se ainda que a maior parte dos professores possui idade superior a 40 anos (59,1%). No que se refere à formação, 81,9% são graduados em Pedagogia, e 68,2% apresentam tempo de formação superior a sete anos. No que se refere ao tempo de atuação profissional, 31,8% relataram atuar na docência há mais de 20 anos, evidenciando experiência consolidada na área educacional. Ademais, 63,6% dos professores informaram manter vínculo com outra instituição de ensino (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos professores de 1° ao 5 ano do Colégio (N=22).

Variável	Categoria	n	%
Sexo	Feminino	17	77,3%
	Masculino	4	18,2%
	Não informado	1	4,5%
Faixa etária	< 25 anos	1	4,5%
	25 a 30 anos	2	9,1%
	30 a 40 anos	6	27,3%
	> 40 anos	13	59,1%
Graduação	Pedagogia	18	81,9%
	Educação Física	2	9,1%
	Geografia	1	4,5%
	Filosofia	1	4,5%
	Outras	0	0%
Tempo de formação	< 7 anos	7	31,8%
	> 7 anos	15	68,2%
Tempo de serviço	< 5 anos	4	18,2%
	5–9 anos	6	27,3%
	10–14 anos	3	13,7%
	15–19 anos	2	9,0%
	> 20 anos	7	31,8%
Possui outro vínculo de ensino?	Sim	8	36,4%
	Não	14	63,6%

Fonte: Santos RK, et al., 2026.

A **Tabela 2** sintetiza a experiência e o nível de conhecimento dos docentes acerca dos primeiros socorros e a Lei Lucas. Verificou-se que 86,4% não possuem capacitação prévia, enquanto 13,6% relatam formação na área. Institucionalmente, apenas 4,5% referem oferta de treinamentos pela escola, ao passo que 81,9% nunca observaram iniciativas formativas e 13,6% não souberam informar.

Quanto às situações de urgência vivenciadas no ambiente escolar, 68,2% dos docentes relataram ter presenciado episódios de síncope, 50% observaram crises convulsivas e 41% presenciaram eventos traumáticos ou engasgos. Diante dessas ocorrências, 54,5% tentaram prestar auxílio imediato e 31,8% acionaram serviços especializados. O sentimento predominante foi o nervosismo (63,6%), mesmo considerando-se respostas múltiplas.

Em relação aos recursos disponíveis, 68,2% declararam conhecer a existência de kits de primeiros socorros na instituição, embora a maioria os considerasse insuficientes. No que se refere ao conhecimento da Lei Lucas, apenas 41% identificaram corretamente sua finalidade, enquanto 54,5% relataram desconhecimento sobre a normativa.

Tabela 2 - Resultados referentes a experiência e conhecimento dos professores acerca dos primeiros socorros e da Lei Lucas.

Descrição	n	%
Você possui treinamento em primeiros socorros?		
Sim	3	13,6%
Não	19	86,4%
Já foi oferecida alguma capacitação sobre primeiros socorros na unidade escolar onde você trabalha?		
Sim	1	4,5%
Não	18	81,9%
Não sei	3	13,6%
Quais as situações de emergência você já presenciou:		
Trauma	4	18,2%
Fratura, entorse ou luxações	9	41%
Engasgo	9	41%
Violência autoprovocada	2	9,1%
Parada cardiorrespiratória	2	9,1%
Desmaio	15	68,2%
Convulsão ou crise epiléptica	11	50%
Não presenciei	3	13,6%
Outra	0	0%
Qual foi sua reação diante dessas situações? (Se presenciado alguma situação de emergência)		
Tentou ajudar	12	54,5%
Liguei para os pais	3	13,6%
Liguei para um serviço especializado	7	31,8%
Procurei ajuda de colegas	3	13,6%
Outra	0	0%
Qual seu sentimento a frente desses casos? (Se presenciado alguma situação de emergência)		
Medo	5	22,7%
Nervoso (a)	14	63,6%
Calmo (a)	6	27,3%
Outro	0	0%
Você tem conhecimento da presença de kits emergenciais na escola que você trabalha?		
Possui todos os equipamentos	1	4,5%
Possui, mas insuficiente	15	68,2%
Não possui	4	18,2%
Não sei	2	9,1%
A Lei Lucas visa garantir a segurança de crianças e adolescentes no âmbito escolar. Dentre as opções citadas, qual está presente na lei?		
Estabelece que as aulas de primeiros socorros façam parte do Currículo;	0	0%
Exige que todas as escolas instalem sistemas de monitoramento de vídeo para garantir a segurança dos alunos durante o período escolar;	1	4,5%
Garante que as escolas possuam treinamentos para funcionários sobre primeiros socorros;	9	41%
Não sei responder	12	54,5%

Fonte: Santos RK, et al., 2026.

A **Tabela 3** apresenta o desempenho dos docentes diante de quatro situações-problema relacionadas a emergências no ambiente escolar, avaliadas antes e após a capacitação em primeiros socorros: (1) engasgo com dificuldade respiratória; (2) crise convulsiva em sala; (3) aluno inconsciente, apneico e sem pulso (PCR); e (4) síncope durante atividade ao ar livre.

Tabela 3 - Análise dos resultados com relação as ações dos professores das situações problemas nos momentos da pré-capacitação e pós-capacitação.

	Pré-capacitação			Pós-capacitação		
Situação-problema	**Resposta**	**(n)**	**(%)**	**Resposta**	**(n)**	**(%)**
Situação 1: Sinais de engasgo e dificuldade respiratória	Correta	5	22,7%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	13	59,1%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%
Situação 2: Aluna apresenta crise convulsiva durante a aula	Correta	12	54,5%	Correta	22	100%
	Incorreta	6	27,3%	Incorreta	0	0%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%
Situação 3: Aluno inconsciente, sem respirar e sem pulso (PCR)	Correta	9	40,9%	Correta	18	81,8%
	Incorreta	8	36,4%	Incorreta	4	18,2%
	Não sabe	5	22,7%	Não sabe	0	0%
Situação 4: Aluna em episódio de síncope durante atividade ao ar livre	Correta	6	27,3%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	13	59,1%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	3	13,6%	Não sabe	0	0%

Fonte: Santos RK, et al., 2026.

Na pré-capacitação, apenas 22,7% apresentaram condutas adequadas na Situação 1, enquanto 59,1% responderam incorretamente e 18,2% relataram desconhecimento. Na Situação 2, 54,5% responderam corretamente, 27,3% de forma inadequada e 18,2% não souberam agir. Na Situação 3, 40,9% apresentaram respostas corretas, 36,4% incorretas e 22,7% desconhecimento. Já na Situação 4, apenas 27,3% acertaram, frente a 59,1% de respostas inadequadas e 13,6% de desconhecimento.

Após capacitação, observou-se melhora expressiva: na Situação 1, 72,7% apresentaram condutas corretas; na Situação 2, o desempenho atingiu 100% de acertos. A Situação 3 registrou 81,8% de respostas adequadas e, na Situação 4, 72,7% dos docentes adotaram condutas corretas. Não houve relatos de desconhecimento no momento pós-capacitação.

A **Tabela 4** demonstra o desempenho dos docentes em quatro cenários simulados adicionais, avaliados antes e após a capacitação em primeiros socorros. No momento pré-capacitação, na Situação 5, 45,4% adotaram a conduta correta, 40,9% responderam inadequadamente e 13,7% relataram desconhecimento. Na Situação 6, 40,9% acertaram, 27,2% erraram e 31,8% não souberam responder. Na Situação 7, 54,5% apresentaram condutas compatíveis com os protocolos, sem respostas incorretas, embora 45,5% declarassem desconhecimento. Já na Situação 8, apenas 27,3% responderam corretamente, enquanto 54,5% apresentaram condutas inadequadas e 18,2% não souberam agir.

No pós-capacitação, observou-se melhora expressiva: 72,7% acertaram na Situação 5; 81,8% responderam corretamente na Situação 6; 86,4% adotaram condutas adequadas em PCR (Situação 7); e, na Situação 8, 91% apresentaram resposta correta. Não houve registros de desconhecimento em nenhuma das situações após a capacitação.

Tabela 4 - Continuação da análise dos resultados com relação as ações dos professores das situações problemas nos momentos da pré-capacitação e pós-capacitação.

	Pré – capacitação			Pós – capacitação		
Situações – Problemas	**Resposta**	**Nº**	**%**	**Resposta**	**Nº**	**%**
Situação 5: Aluna convulsiona, contorcendo-se em sala de aula.	Correta	10	45,4%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	9	40,9%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	3	13,7%	Não sabe	0	0%
Situação 6: Criança engasgada no recreio, com ingestão de líquido.	Correta	9	40,9%	Correta	18	81,8%
	Incorreta	6	27,2%	Incorreta	4	18,2%
	Não sabe	7	31,8%	Não sabe	0	0%
Situação 7: Condutas de reanimação (RCP) em aluno com PCR.	Correta	12	54,5%	Correta	19	86,4%
	Incorreta	0	0%	Incorreta	3	13,6%
	Não sabe	10	45,5%	Não sabe	0	0%
Situação 8: Aluno desmaia apresentando palidez, durante atividade ao ar livre.	Correta	6	27,3%	Correta	20	91%
	Incorreta	12	54,5%	Incorreta	2	9%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%

Fonte: Santos RK, et al., 2026.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos evidenciam que grande parte dos docentes das instituições de ensino não possuem formação prática adequada em primeiros socorros, o que compromete a intervenção em situações de urgência no ambiente escolar. Verificou-se, ainda, que cerca de metade desconhecem os objetivos da Lei Lucas. Diante disso, torna-se urgente a implementação de programas de capacitação com aulas práticas voltadas aos professores. Essas ações visam prepará-los para identificar e agir corretamente em situações de risco à vida das crianças. A qualificação contínua é fundamental para garantir um ambiente escolar seguro e preventivo (LANGWINSKI A, et al. 2023).

O perfil dos profissionais que compuseram o público-alvo da pesquisa revelou uma predominância do sexo feminino, com idade superior a 40 anos, atuando majoritariamente como pedagogas, profissão essa que, culturalmente, ainda é exercida em sua maioria por mulheres. Monte GLA, et al. (2025) e Ilha AG, et al. (2021), ressaltam que isso se deve, em grande medida, ao fato de a sociedade associar as mulheres ao papel de educadoras natas, reforçando a ligação entre a figura materna e o ato de ensinar.

Observou-se que 68,2% das participantes possuem mais de sete anos de formação e 31,8% mais de 20 anos de experiência na área educacional, o que significa uma trajetória consolidada e significativa no contexto escolar. Entretanto, no que se refere ao conhecimento e à aplicação da legislação em foco, é possível que esses profissionais não tenham tido acesso a assuntos específicos sobre o tema durante sua formação inicial, considerando que se trata de uma legislação recente. Além disso, mais de 35% dos participantes mantêm vínculos com outras instituições de ensino, o que amplia sua atuação junto a diferentes grupos de crianças e adolescentes, potencializando o alcance de suas práticas pedagógicas.

A atuação dos profissionais da educação envolve uma gama de responsabilidades que extrapolam as práticas alimentares e recreativas, englobando também responsabilidades indispensáveis à saúde e à manutenção da segurança no contexto escolar, evidenciando, assim, a complexidade e a relevância de suas funções (LANGWINSKI A, et al. 2023). Em consonância com essa perspectiva, Silva IP e Silva JN (2023) corroboram a visão de que o papel do professor vai além da mediação do conhecimento, estendendo-se ao cuidado com a segurança e o bem-estar de um número expressivo de alunos sob sua responsabilidade. Trata-se de uma tarefa que demanda atenção constante e grande senso de responsabilidade. Reconhecendo esse desafio, os autores ressaltam a urgência da oferta de capacitações permanentes, com ênfase em primeiros socorros, como forma de garantir que os docentes estejam aptos a intervir de maneira eficaz em situações críticas, prevenindo como a que resultou na morte do menino Lucas Begalli.

Em estudo conduzido por Lopes MP e Fonseca LR (2025) foi evidenciado que os principais incidentes enfrentados pelos professores no ambiente escolar são: fraturas, o traumatismo craniano, a obstrução de vias aéreas por corpos estranhos, os cortes causados por utensílios como lápis e tesouras, além de ingestão acidental de produtos de limpeza e higiene. Também foram relatados episódios de tontura, crises convulsivas, desmaios e mal súbitos. Tais resultados estão em consonância com o estudo de Cirilo LVS, et al. (2025), onde também foi apontado que os acidentes mais frequentes foram sangramento nasal, cortes e machucados diversos, fraturas, mordidas, obstrução de vias aéreas por corpos estranhos e entorses.

Neste estudo, quando questionados sobre a participação prévia em treinamentos de primeiros socorros, apenas 13,6% dos professores afirmaram já ter recebido algum tipo de formação nessa área. Além disso, 81,9% relataram que não lhes foi ofertada nenhuma capacitação pela instituição em que atuam, o que evidencia uma lacuna importante na formação continuada desses profissionais e reforça a necessidade de investimentos em atividades formativas voltadas à saúde e segurança escolar.

Os docentes também relataram que, diante de emergências, costumam ser tomados por sentimentos de medo e nervosismo, o que pode comprometer a tomada de decisões e a execução de procedimentos adequadamente. Tais reações emocionais estão frequentemente associadas à ausência de conhecimento técnico sobre como agir. Ainda assim, os profissionais demonstram disposição para prestar ajuda, mesmo diante da insegurança, o que destaca a urgência da implementação efetiva da Lei Lucas, de modo a assegurar que todos os educadores estejam preparados tecnicamente e emocionalmente para lidar com situações

emergenciais no contexto escolar. Nesse contexto, em uma pesquisa realizada na região Nordeste, foi demonstrado que os educadores expressaram sentimentos de angústia, apreensão e medo, decorrentes da insegurança quanto à conduta correta em situações que envolvem risco potencial à vida (AMADIGI FR, et al. 2022).

Outro fato preocupante identificado no presente estudo refere-se à presença de kits de primeiros socorros nas escolas. A maioria apontou que os kits disponíveis não atendem à demanda da instituição, o que compromete diretamente a eficácia em situações de urgência. Ainda que alguns estabelecimentos possuam esses materiais, sua presença por si só não garante uma resposta eficiente, pois grande parte dos profissionais não possui o conhecimento ou a capacitação necessária para utilizá-los corretamente. Além disso, 18,2% afirmaram que a escola não possui kits de primeiros socorros, enquanto 9,1% não souberam responder, o que evidencia a fragilidade na organização e no conhecimento sobre os recursos de emergência disponíveis no ambiente escolar.

Tal cenário torna-se ainda mais preocupante quando confrontado com as diretrizes estabelecidas pela denominada Lei Lucas, a qual estabelece a obrigatoriedade de que instituições de ensino e ambientes de recreação infantil mantenham kits de primeiros socorros devidamente acessíveis, em conformidade com as orientações de entidades especializadas em atendimento pré-hospitalar e situações de urgência e emergência (Silva ACJP, et al. 2023).

A capacitação oferecida aos professores resultou em uma melhora significativa na percepção de aptidão dos profissionais quanto ao atendimento a alunos em situações de emergência. Anteriormente a capacitação, observou-se que, no que se refere ao manejo de crises convulsivas e de paradas cardiorrespiratórias (PCR), os profissionais demonstraram uma frequência menor de erros. No entanto, após o treinamento, constatou-se um avanço ainda mais expressivo nos índices de acertos.

Por outro lado, nas questões relativas à obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) e à síncope, o questionário aplicado previamente à capacitação revelou um número significativamente maior de erros, em comparação com os demais cenários abordados. Esses dados indicam uma lacuna pré-existente no conhecimento dos docentes sobre essas condições específicas. Após a capacitação, houve um aumento substancial no número de respostas corretas, confirmando a eficácia do treinamento na promoção do conhecimento teórico e prático necessário para o adequado enfrentamento dessas situações.

Em todas as situações-problema apresentadas nas **Tabelas 3** e **4**, foi inserida a alternativa “não sabe”, com o objetivo de estimular os profissionais a responderem apenas às questões sobre as quais possuíam segurança conceitual, para evitar respostas baseadas em suposições. Após a realização do treinamento, verificou-se que nenhum dos participantes fez uso dessa opção, o que evidência um aprimoramento no nível de compreensão dos conteúdos retratados.

Como os protocolos e diretrizes de primeiros socorros são atualizados a cada quatro ou cinco anos, torna-se indispensável a realização de treinamentos frequentes. Nesta conjuntura reforça a importância da Lei Lucas, que já previa os benefícios da qualificação profissional em situações emergenciais (ANTUNES AP, et al., 2022). Essa necessidade de treinamentos contínuos também é destacada por Silva ACJP, et al. 2023, que enfatizam a importância de capacitações regulares, especialmente de forma anual. Essas formações garantem maior preparo diante de emergências.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa possuem benefícios significativos de natureza social e educacional, uma vez que podem incentivar instituições de ensino a adotarem medidas voltadas à segurança no ambiente escolar. Entre esses benefícios, destacam-se a promoção de treinamentos com profissionais da saúde, a criação de espaços adequados para atendimentos emergenciais e a disponibilização de kits de primeiros socorros. A inserção do ensino de primeiros socorros nas escolas não só contribui para a formação de profissionais mais preparados, como também fortalece a educação em saúde, promovendo benefícios duradouros para toda a comunidade escolar. A escassez de produções científicas sobre a legislação

abordada neste estudo representou uma das principais limitações encontradas, uma vez que dificultou o aprofundamento teórico. Embora a temática seja de grande relevância para o cenário educacional, torna-se evidente a necessidade de incentivar novas investigações acadêmicas, que abordem essa temática de maneira crítica, fundamentada e de forma sistemática. Recomenda-se, para investigações futuras, a ampliação da amostra e a inclusão de diferentes realidades educacionais, a fim de enriquecer as análises e permitir maior validade dos resultados.

REFERÊNCIAS

1. AMADIGI FR, et al. Posturas e conhecimentos de educadoras em relação aos primeiros socorros na escola. Revista Saberes Plurais: Educação na Saúde, 2022; 6(2).
2. ANTUNES AP, et al. Conhecimento de professores e funcionários da Educação Básica sobre primeiros socorros em ambiente escolar. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2022, 15(11): e11224.
3. BRASIL. Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Dispõe sobre a obrigação da capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.
4. BRASIL. Senado Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente: normas correlatadas. Brasília, 2022. E-book.
5. CIRILO LVS, et al. Capacitação em primeiros socorros para alunos e professores de instituições de ensino público na região do Xingu. Revista Eletrônica Acervo Saúde – REAS, 2025, 25.
6. CORREIA LFR, et al. A importância do ensino e aprendizagem de técnicas de primeiros socorros para leigos: revisão integrativa. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, Rio de Janeiro, 2024, 16, e11605.
7. CRUZ KB, et al. Aptidão, conhecimento e atitude de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros. Revista de Enfermagem da UFSM, 2022; 12(7): 1-20.
8. CRUZ KB, et al. Intervenção educativa em primeiros socorros para profissionais da educação infantil: um estudo quase experimental. Revista Gaúcha de Enfermagem, 2024, 45: e20240040.
9. ILHA AG, et al. Ações educativas sobre primeiros socorros para professores da educação infantil: Um estudo quase-experimental. Revista da Escola de Enfermagem USP, 2021, 55: e20210025.
10. LANGWINSKI A, et al. Intervenção educativa sobre obstrução das vias respiratórias para professores de educação infantil: estudo quase-experimental. Revista Gaúcha de Enfermagem – RGE, 2023, 44: e20220335.
11. LIMA PA, et al. Primeiros socorros como objeto de educação em saúde para profissionais de escolas municipais. Rev Enferm UFSM, Santa Maria, 2021, 11: 1-16.
12. LOPES MP, FONSECA LR. O Uso do Design Thinking no desenvolvimento de ações formativas em Primeiros Socorros: Uma experiência com profissionais da Educação Básica. Belo Horizonte, Revista Educação em Revista, 2025, 41:e49557.
13. MONTE GLA, et al. Conhecimentos dos educadores do ensino fundamental de escolas públicas sobre primeiros socorros. Revista Práxis, [s.l], 2025, 17(31).
14. NASCIMENTO MAS, et al. Conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca do suporte básico de vida. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, 2022, 14:1–9.
15. OLIVEIRA BRD, et al. Percentual de acertos em questões sobre suporte básico de vida em profissionais da educação. Revista Nursing, São Paulo, 2021, 24(282): 6421–6424.
16. SANTOS TFB, et al. A importância da implementação da Lei Lucas (Lei N 13.722/2018) e da capacitação em primeiros socorros para a segurança no ambiente escolar. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2026; 26(2): e22893.
17. SILVA IP, SILVA JN. Primeiros Socorros no Ensino Fundamental: o que os professores sabem. Revista Communitas, 2023, 7(16).
18. SILVA ACJP, et al. Primeiros Socorros na Escola, papel da Enfermagem e a contribuição da Lei Lucas. Revista Contemporânea, [s.l], 2023, 3(9): 14446–14462.
19. REIS PVR, et al. Educação em saúde sobre primeiros socorros para leigos. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, 2024; 24: e17983.
20. ROSÁRIO RS, et al. Implementação da Lei Lucas - Lei n°13.722/18 Através do treinamento em Suporte Básico de Vida para profissionais de Educação, de uma escola em Tracuateua, Amazônia – Brasil. Nova Revista Amazônica, 2023, 11(3): 145-156.